

Estatísticas trimestrais sobre ações cíveis (2007-2017)

O presente documento pretende retratar a evolução trimestral das ações cíveis¹, entre os anos de 2007 e 2017.

Ações cíveis pendentes² e taxa de resolução processual³ – Evolução trimestral

O número de ações cíveis pendentes no quarto trimestre de 2017 registou, face ao quarto trimestre de 2016, um decréscimo de 14,8%. Face ao terceiro trimestre de 2017, o número de ações cíveis pendentes no quarto trimestre de 2017 sofreu um decréscimo de 7,3%. A 31 de dezembro de 2017 o número de ações cíveis pendentes era de 172.636 (figura 1).

A taxa de resolução processual (figura 2), que mede a capacidade do sistema num determinado período para enfrentar a procura verificada no mesmo período, foi, no quarto trimestre de 2017, de 130,8%. Este resultado tem como efeito a diminuição verificada na pendência no final deste trimestre. O quarto trimestre de 2017 é o quarto trimestre consecutivo com taxa de resolução processual superior a 100%, excetuando o terceiro trimestre de 2017, período em que ocorreram as férias judiciais.

Figura 1 - Ações cíveis pendentes, trimestres consecutivos

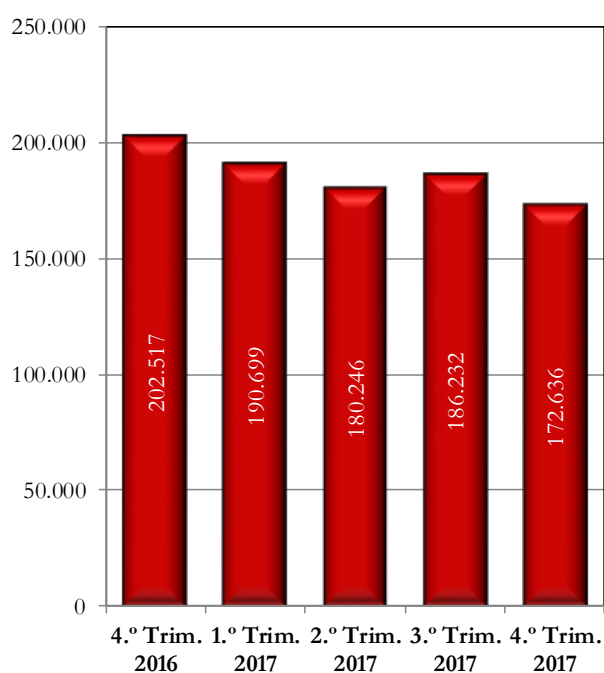
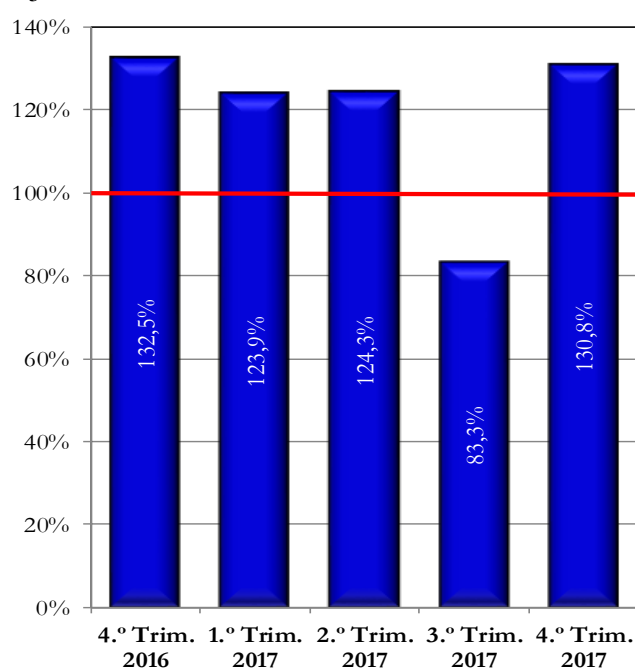


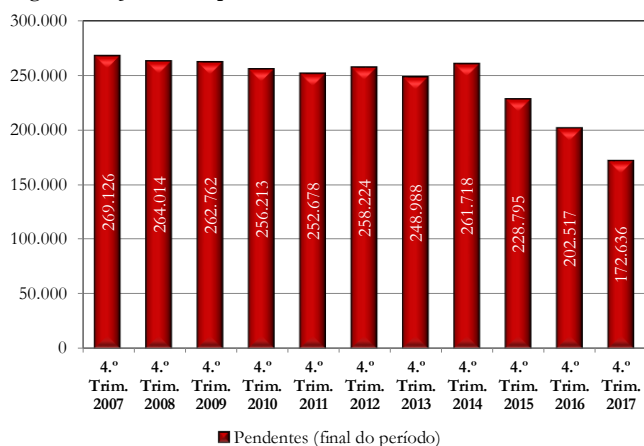
Figura 2 - Taxa de resolução processual para ações cíveis, trimestres consecutivos



Ações cíveis pendentes, taxa de resolução processual e *disposition time*⁴ – Períodos homólogos

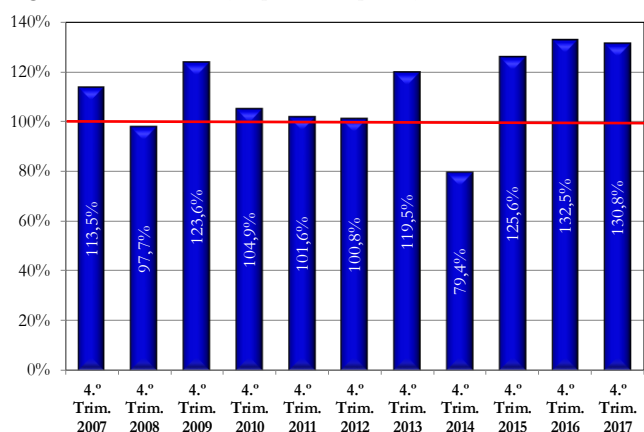
Entre o quarto trimestre de 2007 e o quarto trimestre de 2017 verificou-se uma redução acumulada de 35,9% no número de ações cíveis pendentes. Entre o quarto trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2017 observou-se uma redução de 14,8% no número de ações cíveis pendentes (figura 3).

Figura 3 - Ações cíveis pendentes, 4.º trimestre



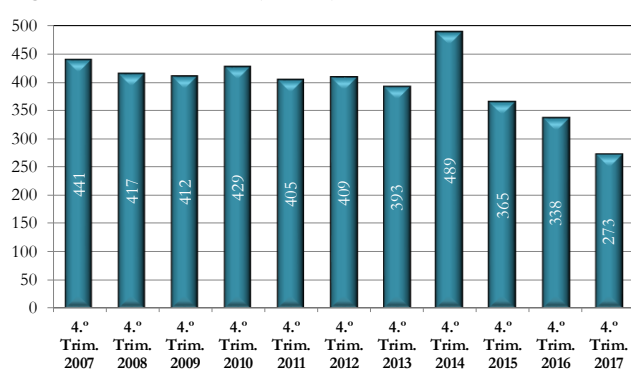
A taxa de resolução processual foi, no quarto trimestre de 2017, de 130,8%, tendo-se verificado um aumento de 51,4 pontos percentuais face ao valor mínimo de 79,4% registado no quarto trimestre de 2014 (figura 4).

Figura 4 - Taxa de resolução processual para ações cíveis, 4.º trimestre



O *disposition time* foi, no quarto trimestre de 2017, de 273 dias, tendo-se verificado uma redução de 44,2% face ao valor máximo registado no quarto trimestre de 2014. Considerando os períodos homólogos anteriores, o valor registado no quarto trimestre de 2017 é o valor de *disposition time* mais reduzido (figura 5). Note-se que os valores registados no quarto trimestre de 2014 estão associados ao facto de este ter sido o primeiro trimestre após a entrada em vigor da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário).

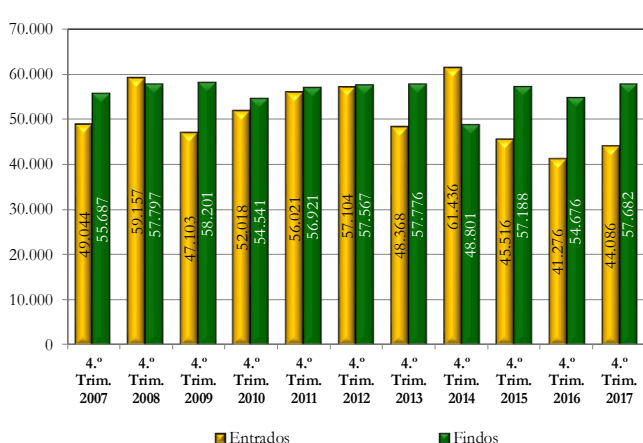
Figura 5 - *Disposition time* (em dias) das ações cíveis, 4.º trimestre



Ações entradas e findas e saldo processual – Períodos homólogos^{5,6}

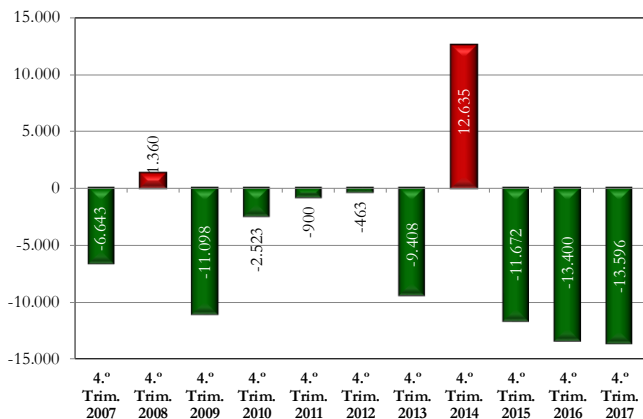
No quarto trimestre de 2017 o número de ações cíveis findas foi superior ao número de ações cíveis entradas (figura 6).

Figura 6 - Ações cíveis entradas e findas, 4.º trimestre



Em resultado, o saldo processual no quarto trimestre de 2017 foi favorável, tendo correspondido a menos 13.596 processos. Este saldo processual foi o mais favorável de entre os registados nos períodos homólogos considerados na análise (figura 7).

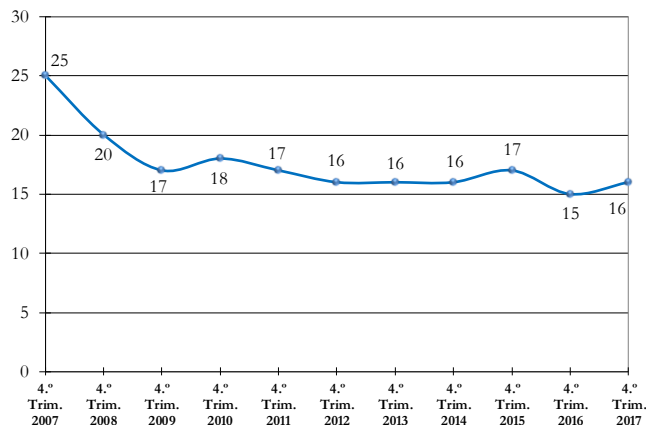
Figura 7 - Saldo processual para as ações cíveis, 4.º trimestre



Duração média⁷ das ações cíveis findas – Períodos homólogos

Relativamente à duração média das ações cíveis findas nos quartos trimestres entre 2007 e 2017, é possível verificar que o valor oscilou entre os 15 e os 25 meses. Face ao quarto trimestre de 2007, no quarto trimestre de 2017 verificou-se uma diminuição na duração média das ações cíveis findas de 9 meses (passando de 25 para 16 meses). Considerando o período homólogo anterior, no quarto trimestre de 2017, verificou-se um aumento na duração média das ações cíveis findas de 1 mês, passando de 15 para 16 meses (figura 8).

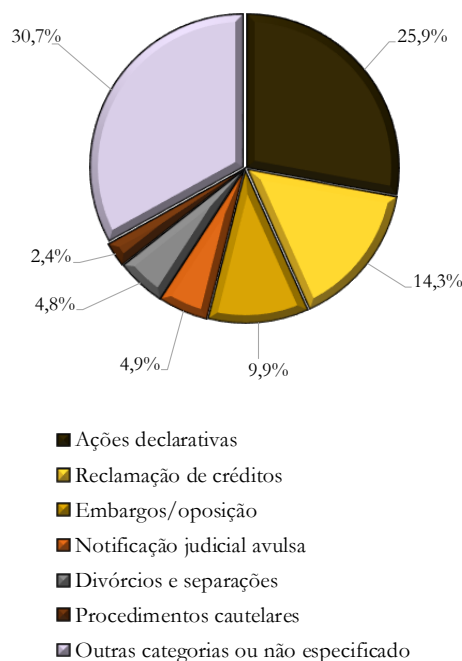
Figura 8 - Duração média (em meses) das ações cíveis findas, 4.º trimestre



Distribuição dos tipos de ações cíveis findas – Períodos homólogos

Considerando a distribuição dos tipos de ações cíveis findas, no quarto trimestre de 2017, é possível afirmar que 25,9% correspondiam a ações declarativas, 14,3% a reclamações de créditos, 9,9% à categoria embargos/oposição, 4,9% a notificações judiciais avulsas e 4,8% a divórcios e separações (figura 9).

Figura 9 - Distribuição dos tipos de ações cíveis findas - 4.º trimestre de 2017



¹ No presente destaque, as ações cíveis não englobam ações executivas, processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, processos especiais de revitalização e processos especiais para acordo de pagamento, uma vez que o comportamento destes tipos de processo foi alvo de análise em destaques estatísticos trimestrais autônomos (consultar o destaque estatístico trimestral número 52 para as ações executivas cíveis e consultar o destaque estatístico trimestral número 51 para os processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, e para os processos especiais de revitalização).

² Os processos pendentes correspondem a processos que tendo entrado ainda não tiveram decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho, na respetiva instância, independentemente do trânsito em julgado. São assim processos que aguardam a prática de atos ou de diligências pelo tribunal, pelas partes ou por outras entidades, podendo ainda, em certos tipos de processos, aguardar a ocorrência de determinados factos ou o decurso de um prazo. Um processo suspenso é, por exemplo, um processo pendente, qualquer que seja a causa da suspensão. Um processo pendente não é necessariamente um processo em atraso, sendo disso exemplo os processos que estão a ser tramitados dentro dos prazos legais.

³ A taxa de resolução processual corresponde ao rácio do volume total de processos findos sobre o volume total de processos entrados. Sendo igual a 100%, o volume de processos entrados foi igual ao dos findos, logo, a variação da pendência é nula. Sendo superior a 100%, ocorreu uma recuperação da pendência. Quanto mais elevado for este indicador, maior será a recuperação da pendência efetuada nesse ano. Se inferior a 100%, o volume de entrados foi superior ao dos findos, logo, gerou-se pendência para o ano seguinte.

⁴ O *disposition time* é um indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo de tempo, ou seja, o número de processos findos nesse período. Aplicado a um trimestre, este indicador consiste na multiplicação por 91,25 (número médio de dias num trimestre) do total de processos pendentes no final do trimestre dividido pelo total de processos findos ao longo desse mesmo intervalo de tempo.

⁵ Nos 11 quartos trimestres de 2007 a 2017 registaram-se, respetivamente, 49.044, 59.157, 47.103, 52.018, 56.021, 57.104, 48.368, 61.436, 45.516, 41.276 e 44.086 ações cíveis entradas e, também respetivamente, 55.687, 57.797, 58.201, 54.541, 56.921, 57.567, 57.776, 48.801, 57.188, 54.676 e 57.682 ações cíveis findas. Porém, destes totais, apenas 45.530, 55.242, 43.639, 48.607, 49.284, 53.773, 45.868, 56.641, 41.941, 38.532 e 41.029 ações cíveis entradas e 52.173, 53.882, 54.737, 51.130, 50.184, 54.236, 55.276, 44.006, 53.613, 51.932 e 54.625 ações cíveis findas, corresponderam a movimentos reais de início e termo dos processos. Os restantes 3.514, 3.915, 3.464, 3.411, 6.737, 3.331, 2.500, 4.795, 3.575, 2.744 e 3.057 processos não correspondem a novas ações cíveis entradas ou a ações cíveis que tenham terminado. Estes números de processos entrados e findos referem-se ao total de ações cíveis que transitaram internamente entre unidades orgânicas/tribunais. Não se trata, pois, de processos que entraram de novo no sistema de justiça, mas de processos que findaram na unidade orgânica/tribunal de onde saíram e que entraram nas unidades orgânicas/tribunais para onde foram transferidos.

⁶ O saldo processual corresponde à diferença entre os processos entrados e os processos findos. Se o saldo processual é positivo, verifica-se um aumento da pendência. Se o saldo processual é negativo, verifica-se uma diminuição da pendência.

⁷ A duração média de um processo findo em tribunal, no modelo legal vigente até 1 de setembro de 2013, corresponde ao período de tempo entre a data de início e a data de termo do processo, mesmo que redistribuído, ou seja, entre a data de início do processo no tribunal onde entrou e a data de termo do processo nesse ou noutro tribunal para onde foi redistribuído. O conceito de duração média usado no presente destaque estatístico corresponde à também designada duração do processo inicial, somando a duração nos diversos tribunais por onde tenha passado.

Nota de enquadramento – Abrangência temporal e outras considerações

A partir de 2007 os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1.ª instância passaram a ser recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais representando a situação dos processos registados nesse sistema. Nos processos entrados e findos incluem-se os transferidos entre unidades orgânicas em consequência da extinção e criação de novos tribunais, juízos ou secções.

Ficha técnica:

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do setor da Justiça.

A Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adotando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE.

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3
1990-097 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 924 000
Fax: +351 217 924 090
E-mail: correio@dgpj.mj.pt
<http://www.dgpj.mj.pt>